



SUMÁRIO

12627 - O ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL SOB OTICA DA POLITICA PUBLICA DE ASSISTENCIAL SOCIAL.

Ismael de Córdova¹

12708 - A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E OS RESÍDUOS AGROSSILVOPASTORIS: ESTUDO ACERCA DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO SUL CATARINENSE

Andreza da Cruz, Miguelangelo Gianezini¹

12913 - POLÍTICAS PÚBLICAS E PATRIMÔNIO CULTURAL: A PESCA ARTESANAL EM BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA

Nicole Victor Gomes¹, Melissa Watanabe²

13253 - AGROINDÚSTRIA E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: A POLÍTICA CATARINENSE DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E A PRODUÇÃO DE CARNE BOVINA

Giovani Gamba Pagani, Miguelangelo Gianezini¹

13418 - OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA CONDICIONADA DE RENDA EM CRICIÚMA: TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E NOVOS ARRANJOS FAMILIARES.

Ismael de Córdova¹, Ismael Gonçalves Alves²

13905 - COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA: CONDIÇÕES DE TRABALHO E EMPODERAMENTO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM CRICIÚMA/SC

Táira de Oliveira Gregório¹, Vitória de Oliveira Souza¹, Sabrina Cadorin², Dulcineia Felicidade¹, Gabriela Baoroli Galli¹, Mario Ricardo Guadanin³, Leandro Nunes⁴

14062 - DIÁLOGOS URBANOS NO TERRITÓRIO PAULO FREIRE - POLÍTICAS PÚBLICAS E CONSTRUÇÃO DO DIREITO À CIDADE

Naiane Cardoso Ramos¹, Julia Morona de Campos², Raissa Zilli de Fáveri³, Mario Ricardo Guadagnin⁴, Leandro Nunes⁵, Yasmine de Moura da Cunha⁶



Resumo de Pesquisa (em andamento)

12627 - O ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL SOB OTICA DA POLITICA PUBLICA DE ASSISTENCIAL SOCIAL.

Ismael de Córdova¹

¹Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Brasil.

O estado de bem estar social em sua implementação em diversos países carrega consigo a extensão de cidadania social e abre as portas para as discussões sobre o capitalismo, pois segundo Esping-Andersen (1991) existe uma preocupação muito grande com a redução das diferenças de classes com a inserção da cidadania social, ou seja, a estratificação social poderá consistir em uma reduzida com a ampliação de cidadania no viés da política de bem estar social introduzida pelo Estado. A relação entre o capitalismo o bem estar social nunca foi pacífica, considerando que existe como pano de fundo uma luta de classe. Avançando surgem às políticas publicas pautas basicamente na previdência social, assistência social e saúde, neste trabalho será focada apenas a política publica de assistência social, sendo discutida a sua estrutura no modelo brasileiro, bem como, a influência da globalização nas políticas publicas estatais. O financiamento da política publica de assistência social sob a ótica da Lei Orgânica de Assistência social e suas exigências.

Palavras-chave: Globalização - Capitalismo - Luta de classes - Política publica – Welfare state

Fonte financiadora: UNESC, FAPESC



Resumo de Pesquisa (em andamento)

12708 - A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E OS RESÍDUOS AGROSSILVOPASTORIS: ESTUDO ACERCA DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO SUL CATARINENSE

Andreza da Cruz, Miguelangelo Gianezini¹

¹Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Brasil.

Em diversos municípios, a manutenção de atividades produtivas depara com a necessidade de investimentos que garantam harmonia entre o aprimoramento da produção e aspectos que envolvem a sustentabilidade. Dentre estas atividades estão as agrossilvopastoris, apontadas como as maiores responsáveis pela emissão de gases de efeito estufa e uso da água do planeta. Além do consumo, existem outputs resultantes deste processo, compostos em boa parte por Resíduos Sólidos Agrossilvopastoris (RSA). No Brasil, diversas regiões produtivas buscam a manutenção dessas atividades com equilíbrio, incluindo-se a Mesorregião do Sul Catarinense (MSC). Nesta mesorregião há municípios que estão implementando o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305/2010. A PNRS é uma política pública que traz instrumentos que podem maximizar sua aplicação com ganho socioeconômico para as localidades, mas que não são percebidos em sua totalidade pelos atores envolvidos (stakeholders), o que implica na sua não pactuação e na não utilização plena das vantagens induzidas. Observando que AMESC, AMREC e AMUREL possuem tradição no desenvolvimento da MSC, questiona-se: Qual a atuação das Associações Municipais da MSC na busca de soluções consorciadas intermunicipais para o caso dos PMGIRS? Quais as ações específicas para os Resíduos Agrossilvopastoris e como/por quem elas têm sido elaboradas/implementadas? Mesmo que a maioria dos municípios da mesorregião tenha predominância de atividades agropecuárias e/ou população rural, não há estudos que correlacionem o PMGIRS com as ações consorciadas e com os Resíduos Sólidos Agrossilvopastoris. Além disso é relevante estudar objetos não tradicionais das políticas públicas e uma face do desenvolvimento socioeconômico pouco considerado no Brasil (Resíduos). Esta proposta tem como objetivo a descrição e análise do PMGIRS, enquanto política adotada por Municípios da MSC, com foco na gestão dos RSA e as práticas dos municípios que assinaram o Termo de Adesão de participação no PMGIRS junto às Associações Municipais da Mesorregião. A proposta dos procedimentos de investigação (com abordagem qualitativa) terá técnica de coleta de dados dividida em três etapas: estudo bibliográfico, teórico e histórico para aprofundar os conceitos-chaves do desenvolvimento socioeconômico, das políticas públicas, da produção Agrossilvopastoril e da sustentabilidade; levantamento documental para auxiliar na caracterização da região, do PMGIRS e da PNRS; e entrevista com agentes “chaves” no processo de implementação dos PMGIRS e stakeholders envolvidos com os RSA. A pesquisa encontra-se em fase inicial. Espera-se contribuir para a descrição das ações, enquanto divulgação do PMGIRS suas práticas na gestão dos RSA, bem como fornecer resultados analíticos acerca desta iniciativa e suas contribuições no desenvolvimento dos municípios que aderiram ao mesmo via Associações.



Palavras-Chave: Políticas Públicas, Municipalização, Produção Agropecuária, Desenvolvimento Sustentável.



Resumo de Pesquisa (em andamento)

12913 - POLÍTICAS PÚBLICAS E PATRIMÔNIO CULTURAL: A PESCA ARTESANAL EM BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA

Nicole Victor Gomes¹, Melissa Watanabe²

¹Bacharel em Administração de Empresas, Mestranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico - UNESC E-mail – nicole@unesc.net.

²Doutora em Agronegócios e Professora do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico - UNESC E-mail – melissawatanabe@unesc.net

O presente trabalho está em fase inicial, porém tem o objetivo de analisar as políticas públicas da pesca artesanal, bem como a importância da pesca como patrimônio cultural e social, em particular, no município de Balneário Arroio do Silva, além de analisar a caracterização socioeconômica e a história dos pescadores de uma colônia deste município. O município está localizado no litoral do extremo sul catarinense, possui em média onze mil habitantes, sendo que na temporada de verão esse número é bem maior devido a quantidade de turistas. A pescaria é uma das principais atividades dos moradores neste município, o qual possui a Colônia de Pescadores Z-24 que organiza os principais eventos ligados a pesca, além de prestar assistência quando necessário para os pescadores cadastrados. Para concretização deste estudo, os procedimentos metodológicos serão baseados na concepção construtivista social, tendo como estratégias de investigação a ser aplicada na pesquisa, a estratégia qualitativa, por meio de pesquisa de campo. O método a ser utilizado para a elaboração da pesquisa, é o método indutivo, pois irá confirmar uma hipótese. Sendo assim, compreende-se que a manutenção das tradições, das culturas e dos conhecimentos desses grupo é tanto relevante quanto necessário, tanto para o município como também para essas famílias que sobrevivem por meio dessa atividade.

Palavras-chave: Recursos Pesqueiro; Políticas públicas; Cultura Pesqueira.

Fonte Financiadora: Fundação de Apoio a Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina – FAPESC.



Resumo de Pesquisa (em andamento)

13253 - AGROINDÚSTRIA E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: a política catarinense de ciência, tecnologia e inovação e a produção de carne bovina

Giovani Gamba Pagani, Miguelangelo Gianezini¹

¹Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Brasil.

Os setores tradicionais da indústria catarinense têm sido tema recorrente de estudos, dentre os quais merece destaque o estudo resultante do convênio entre Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que identificaram os setores: cerâmico (revestimentos), moveleiro, calçadista, têxtil (confeção), carnes (suínos e aves), como sendo os setores chave na política de desenvolvimento do estado e na formação de Arranjos Produtivos Locais (APL). Partindo do último setor avaliado: carnes (suínos e aves), propõe-se – como intenção de pesquisa – uma extensão da avaliação e política de desenvolvimento (realizada pela FIESC/UFSC), com foco na cadeia produtiva da carne bovina em Santa Catarina (SC). Tal tema foi escolhido para pesquisa de mestrado pois há uma percepção de que a atividade de bovinocultura de corte tem ganhado atenção na economia do estado, podendo ser resultante de algumas ações de stakeholders públicos, por meio da Política Catarinense de Ciência Tecnologia & Inovação (CT&I) e privados, representados por organizações das cadeias produtivas do agronegócio. Observando tal contexto, o objetivo deste estudo é coletar dados e informações acerca das principais iniciativas e agentes envolvidos nesta atividade no Estado de Santa Catarina, mais precisamente na mesorregião do Sul Catarinense. Busca-se então propor uma extensão da avaliação e política de desenvolvimento, incluindo a produção de carne bovina em SC, afim de: verificar se as contribuições da Política Pública de CT&I têm impactado na produção de carne bovina; e identificar a formação de APLs ligados a bovinocultura de corte. Os procedimentos de investigação e técnicas de coleta de dados serão divididos em três etapas: i) leitura e revisão dos conceitos e definições de políticas públicas e sistemas locais de produção; ii) levantamento documental para auxiliar na caracterização deste tipo de pecuária em SC; e iii) coleta de dados e informações acerca das iniciativas e agentes envolvidos na cadeia produtiva da carne bovina em SC.

Palavras-chave: políticas de desenvolvimento setorial, agronegócios, dinâmicas produtivas e sistemas locais de produção.

Resumo de Pesquisa (em andamento)

13418 - OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA CONDICIONADA DE RENDA EM CRICIÚMA: TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E NOVOS ARRANJOS FAMILIARES.

Ismael de Córdova¹, Ismael Gonçalves Alves²

¹Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Brasil.

²Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Brasil.

No Estado Democrático de Direito que vivemos no Brasil, não se pode negar a necessidade de democratização dos direitos sociais em especial o direito a seguridade social. A gestão democrática concebe uma modificação do costume de administrar uma sociedade assinalada pelo autoritarismo, em que determinantes sociais, econômicos e políticos agem contra essa tendência. A sociedade busca uma transformação, mas precisa de agentes que sejam os facilitadores desta alteração com o intuito de quebrar antigos paradigmas e trazer novas ideias para a administração pública para assegurar o acesso a política pública de assistência social como um direito social de interesse coletivo. Desta forma, este estudo busca compreender a família como um processo social em construção e transformação destacando-se os novos “arranjos” e “composições” familiares desmistificando os conceitos e pré-conceitos fundados ao longo da história e ainda refletir sobre estes aspectos a partir da política pública e dos programas de transferência de renda existentes no município: Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima e o Programa o Bolsa Família – PBF os quais se constituem na principal ação do governo municipal e federal de transferência de renda, cuja finalidade basilar é diminuir a condição de pobreza e extrema pobreza no Brasil. Por meio de entrevistas com as famílias do CRAS Tereza Cristina no município de Criciúma/SC, será explorado o perfil destas, obtendo um panorama geral, que transpassarão os dados numéricos agregando principalmente as informações qualitativas, como, por exemplo, quais os arranjos familiares surgem no contexto pesquisado? Busca-se também analisar o ótica dos beneficiários em relação ao programa (política pública), questionamentos para identificar a eficácia, sugestões de melhorias, entender se de certa forma existe uma penalização para quem já está em situação de vulnerabilidade social, penalizado pela injustiça e desigualdade social. Com os resultados obtidos na pesquisa pretende-se ter um instrumento para discussão com os gestores da assistência local e regional na formulação da política pública de assistência social.. Desta forma, investigar-se-á o impacto dos programas de transferência condicionada de renda no município de Criciúma evidenciando as transformações sociais e os novos arranjos familiares decorrentes destas políticas sociais.

Palavras-chave: Vulnerabilidade – Risco Social - Famílias – CRAS – Direitos Sociais

Fonte financiadora: UNESC, PROSUP e CNPq.

Resumo de Extensão (em andamento)

13905 – Coleta Seletiva Solidária: Condições de trabalho e empoderamento de catadores de materiais recicláveis em Criciúma/SC

**Táira de Oliveira Gregório¹, Vitória de Oliveira Souza¹, Sabrina Cadorin²,
Dulcineia Felicidade¹, Gabriela Baoroli Galli¹, Mario Ricardo Guadanin³, Leandro
Nunes⁴**

¹Projeto de Extensão, Acadêmicas do curso Psicologia,

²Acadêmicas do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária,

³Professor do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária,

⁴Professor do Curso de Psicologia

O projeto Coleta Seletiva Solidária, se situa no campo da Engenharia Ambiental e da Psicologia fazendo uma conexão entre os saberes e problematizando a situação de catadores e cooperadores, bem como, suas instituições de trabalho no Município de Criciúma, SC: ACRICA e CTMAR. Parte de um exercício que a priori se volta para as práticas de Psicologia Social onde este resumo pretende relatar como se dá o contato com essas áreas de saberes dentro de um espaço de relações de igualdade com os cooperadores. As concepções de igualdade são pouco discutidas quando falamos no trabalho com materiais recicláveis, de modo que o sujeito que está imerso dentro de uma realidade como uma Empreendimento solidário de catadores está exposto também a condições de trabalhos desumanas, correndo risco ao lidar todos os dias com os mais diferentes agentes nocivos saúde. (GONÇALVES, MARCELINO 2006). O Objetivo geral do projeto é identificar junta a sujeitos os desafios encontrados lá por eles, exatamente da perspectiva de quem coloca as mãos Resíduos recicláveis e rejeitos pós-consumo, visando elaborar e construir noções de cooperação, de empoderamento, e reconhecimento do que é o trabalho nesses espaços. Dentro de uma realidade de marginalização que estes sujeitos que trabalham com materiais recicláveis vivem a noção de cidadania e saúde podem se perder, visto a necessidade que é o lixo e o material que vem dele, para estes trabalhadores e trabalhadoras, os conceitos se perdem, e estes sujeitos acabam por introjetar o sentido social dado ao seu trabalho, com uma construção social consolidada, vendo o sujeito que cata com preconceito, envolvendo um teor moral de crenças envolvendo: pobreza, desrespeito, falta de condições dignas de vida, humilhação e negação de direitos básicos de trabalho e vida. (PEREIRA; TEIXEIRA, 2011). Entre as práticas realizadas durante o mês de fevereiro deste ano até o momento atual estão a integração dos grupos de catadores com órgãos como o CRAS; a participação de eventos para formação dos integrantes do projeto; dinâmicas para o levantamento das necessidades de cada grupo (membros cooperados e associados); debates com autoridades como: Fórum Municipal de Lixo. O grupo está em andamento com novas reflexões para o segundo semestre do ano de 2016, com vista até o término do projeto em Fevereiro de 2018 de extensão de acordo com o edital, 13/2015 da UNACET.

Palavras-chave: Extensão, lixo e cidadania, catadores.

Fonte financiadora: UNESC

Referências:



GONÇALVES, Marcelino Andrade. O TRABALHO NO LIXO. 2006. 310 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006.

PEREIRA, Maria Cecília Gomes; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local à nacional. Ebape, Rio de Janeiro, p.895-913, 11 set. 2011. Semanal.

Resumo de Extensão (em andamento)

14062 - DIÁLOGOS URBANOS NO TERRITÓRIO PAULO FREIRE – POLÍTICAS PÚBLICAS E CONSTRUÇÃO DO DIREITO À CIDADE

Naiane Cardoso Ramos¹, Julia Morona de Campos²; Raissa Zilli de Fáveri³; Mario Ricardo Guadagnin⁴, Leandro Nunes⁵; Yasmine de Moura da Cunha⁶

¹Acadêmica 6ª fase de Psicologia – UNESC

²Acadêmica da 9ª fase de Engenharia Ambiental e Sanitária – UNESC

³Acadêmica 6ª fase de Geografia - UNESC

⁴Professor Mestre do curso de Eng. Ambiental e Sanitária - UNESC

⁵Professor Mestre do curso de Psicologia - UNESC

⁶Professora Mestre do Curso de Geografia - UNESC

As atividades de extensão são baseadas no atendimento de demandas que amenizem vulnerabilidades e riscos socioambientais, em uma perspectiva espacial e territorial nos bairros pertencentes ao Território Paulo Freire. Tem foco e direção o empoderamento de lideranças comunitárias, indivíduos e coletividades para ações em prol de melhores condições socioambientais de seus bairros, com um olhar voltado para aspectos urbanos relacionados à gestão de resíduos sólidos, saneamento básico, urbanismo e urbanidade, mobilidade urbana, educação ambiental, gestão pública, educação, cidadania e territorialidade. É proposto nesse projeto uma visão de ambiente que considera um fator ecológico englobador, de forma multi, inter e transdisciplinar junto a sociedade civil, lideranças comunitárias, o poder público e o setor privado, para lançar um olhar ampliado para as políticas ambientais e sociais nos bairros pertencentes ao Território Paulo Freire. As metodologias extensionistas promovem debates e empoderamento de lideranças comunitárias e demais moradores dos bairros pertencentes ao Território, com atividades de integração e troca de saberes entre a universidade e sociedade, a mobilização dos participantes em torno de processos de construção de mecanismos e ferramentas participativas que permitam o desenvolvimento da identidade territorial, o diagnóstico e mapeamento dos problemas ambientais vividos pela comunidade e a contribuição na busca da consolidação das políticas públicas ambientais. Quanto à metodologia, o trabalho está sendo realizado primeiramente junto a moradores de um dos bairros pertencentes ao território, São Francisco em Criciúma – SC, através de oficinas voltadas para debates e levantamento de questões ambientais trazidas pelos participantes em metodologias participativas (ALBERICH et al, 2009) e dinâmicas de grupo (linha do tempo, biomapa, diagnóstico rápido participativo (VERDEJO, 2006), árvore de problemas...), atividades e exposições.

Palavras – chave: Cidadania, Direito à Cidade, Gestão Ambiental; Territorialidade.

Fonte financiadora: EDITAL N° 225/2015 PROPEX

Vinculado ao Grupo de Pesquisa Planejamento e Gestão Territorial

Referências:

ALBERICH, Tomás et al. Metodologias participativas. Manual. Madri: Observatorio Internacional de Ciudadanía y Medio Ambiente Sostenible (CIMAS). 2009. 91 p.

VERDEJO, Miguel Expósito. Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP. Revisão e adequação de Décio Cotrim e Ladjane Ramos. - Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2006 62 p